


RESSALVA

Atendendo solicitação da autora,
o texto completo desta tese será
disponibilizado somente a partir de
30/08/2024.

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

DAYRA ÉMILE GUEDES MARTÍNEZ

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO EM CURSOS DE PEDAGOGIA:**
diálogos entre os projetos político-pedagógicos e o ensino
remoto emergencial



ARARAQUARA – S.P.
2022

DAYRA ÉMILE GUEDES MARTÍNEZ

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO EM CURSOS DE PEDAGOGIA:
diálogos entre os projetos político-pedagógicos e o ensino
remoto emergencial**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Orientador: José Luís Bizelli

Co-orientador: Francisco Rolfsen Belda

ARARAQUARA – S.P.
2022

M385t	<p>Martínez, Dayra Émile Guedes</p> <p>Tecnologias de informação e comunicação em cursos de Pedagogia : diálogos entre os projetos político-pedagógicos e o ensino remoto emergencial / Dayra Émile Guedes Martínez. -- Araraquara, 2022 159 f.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara Orientador: José Luís Bizelli Coorientador: Francisco Rolfsen Belda</p> <p>1. Educação. 2. Tecnologias de informação e comunicação. 3. Professores Formação. 4. Pandemias. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

DAYRA ÉMILE GUEDES MARTÍNEZ

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CURSOS DE PEDAGOGIA: diálogos entre os projetos político-pedagógicos e o ensino remoto emergencial

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Orientador: José Luís Bizelli

Co-orientador: Francisco Rolfsen Belda

Data da defesa: 30/08/2022

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. José Luís Bizelli
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP

Membro Titular: Prof. Dr. Silvio Henrique Fiscarelli
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP

Membro Titular: Profa. Dra. Márcia Lopes Reis
Faculdade de Ciências de Bauru – UNESP

Membro Titular: Profa. Dra. Nirave Reigota Caram
Centro Universitário Sagrado Coração – UNISAGRADO

Membro Titular: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – USP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Ao meu gato, Vivaldi, que se deitava nos meus braços enquanto eu escrevia este texto.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Luís Bizelli, que desde o mestrado acompanha meu percurso acadêmico, sendo figura essencial ao desenvolvimento da pesquisa e à minha jornada científica.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Francisco Rolfsen Belda, que aceitou colaborar com a pesquisa e com o qual tive a alegria de cursar uma disciplina.

Aos integrantes da banca Prof. Dr. Silvio Henrique Fiscarelli, Profa. Dra. Márcia Lopes Reis, Profa. Dra. Nirave Reigota Caram e Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz, que gentilmente aceitaram contribuir com este trabalho.

Aos meus pais que sempre me apoiaram e participam de mais uma fase da minha vida.

Aos amigos, alguns mais novos e outros de mais de uma década, que contribuíram com bom humor e ótimas conversas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, a todo o corpo técnico, docente e administrativo da UNESP.

Nosso amanhã pode ser escuro, doloroso, difícil. Podemos tropeçar ou cair.
As estrelas brilham mais intensamente quando a noite está mais escura. Se as estrelas
estiverem escondidas, deixaremos o luar nos guiar. Se até a lua estiver escura, que nossos
rostos sejam a luz que nos ajuda a encontrar o caminho.
Vamos reimaginar nosso mundo. Estamos amontoados, cansados,
mas vamos sonhar novamente.

Kim Namjoon (em discurso para a 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas)

RESUMO

A inserção de tecnologias de informação e comunicação no processo educativo assume diferentes facetas, entre elas a educação a distância e o ensino semipresencial, por vezes denominado de modalidade híbrida. Por conta da relevância na vida contemporânea, seja na atuação política, cultural, econômica ou na relação com o conhecimento, os saberes e ferramentas técnicas perpassam o processo de escolarização; isso é reconhecido nos parâmetros e diretrizes da educação brasileira e dos cursos de licenciatura. Por conta disso, a formação inicial deve abranger esses elementos. O objetivo deste trabalho é analisar como foi a dinâmica dos projetos político-pedagógicos de cursos de Licenciatura em Pedagogia durante a pandemia de COVID-19 quanto à integração de tecnologias na educação. Foram selecionadas universidades públicas paulistas, UNESP, UNICAMP e USP, em suas unidades que oferecem o curso. Enquanto pesquisa documental, as fontes dos dados foram os projetos político-pedagógicos, os eventuais documentos de adequação e alterações, as portarias e resoluções das universidades e seus portais sobre o ensino durante a pandemia. Verificou-se que os projetos atribuem diferentes níveis de importância e abordagens quanto às tecnologias na educação, mas todos os cursos contam com, pelo menos, uma disciplina obrigatória que se dedica a esse conteúdo. Com a interrupção das atividades presenciais de ensino, houve adaptações e transposições para o ambiente virtual – no que foi denominado de ensino remoto emergencial – e as atividades inexecutáveis de maneira *online* foram postergadas. Apesar de apresentarem conteúdos relativos às tecnologias na educação, os projetos não foram suficientes para dar continuidade ao processo de ensino durante a crise sanitária, até porque não foram elaborados para tal circunstância atípica, e medidas institucionais de cada unidade e das universidades foram determinantes para a realização do ensino remoto. Ainda assim, os cursos não se afastaram por completo de seus projetos. Será interessante acompanhar as futuras ações institucionais advindas desse período de pandemia, sejam elas de aproximação e adaptação com as modalidades a distância e híbrida ou de distanciamento.

Palavras-chave: educação e tecnologia; formação de professores; ensino remoto emergencial; projeto político-pedagógico; pandemia COVID-19.

ABSTRACT

The insertion of information and communication technologies in the educational process assumes different facets, including distance education and blended learning, sometimes called hybrid education. Due to its relevance in contemporary life, whether in political, cultural, economic activity and in the relationship with knowledge, technical knowledge and tools permeate the schooling process; this is recognized by the parameters and guidelines of Brazilian education and teacher training. Because of this, initial training must cover these elements. The purpose of this work is to analyze the dynamics of the political-pedagogical projects of Pedagogy courses during the COVID-19 pandemic regarding the integration of technologies in education. Public universities in São Paulo and their units that offer the course were selected: UNESP, UNICAMP and USP. As documentary research, the sources of the data were the political-pedagogical projects, the eventual documents of adequation and changes, the legal documents of the universities and their portals on teaching during the pandemic. It was found that the projects attribute different levels of importance and approaches to technologies in education, but all courses have at least one compulsory subject dedicated to this content. With the interruption of face-to-face teaching activities, there were adaptations and transpositions to the virtual environment - in what was called emergency remote teaching - and activities that were not feasible online were postponed. Despite presenting content related to technologies in education, the projects were not sufficient to continue the teaching process during the health crisis, especially because the projects were not designed for such an atypical circumstance, and institutional measures of each unit and universities were decisive to promote remote teaching. Even so, the courses have not completely departed from their projects. It will be interesting to follow the future institutional actions arising from this pandemic period, whether they would move closer to and adapt distance and hybrid education formats or move away.

Keywords: education and technology; teacher training; emergency remote teaching; political-pedagogical project; COVID-19 pandemic.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Matrículas contabilizadas desde 2009	25
Gráfico 2	Atividades realizadas nos polos	26
Gráfico 3	Recursos educacionais oferecidos aos alunos em cursos totalmente a distância e semipresenciais	29
Gráfico 4	A experiência da sua instituição com a EaD permitiu dar apoio aos cursos presenciais em quais desses aspectos?	67
Gráfico 5	Ações de enfrentamento	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cursos de Pedagogia em universidades estaduais de São Paulo	78
Quadro 2	Detalhes dos projetos dos cursos.	79
Quadro 3	Disciplinas identificadas nos projetos dos cursos analisados	82
Quadro 4	Referências bibliográficas da FCT/UNESP que contêm os termos de pesquisa.	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Instituições e polos da Universidade Aberta do Brasil	46
Figura 2	Distribuição dos polos da UNIVESP	48
Figura 3	Fases do Plano São Paulo	60
Figura 4	Banner do portal da UNESP	84
Figura 5	Banner do portal da UNICAMP	84
Figura 6	Mudanças nas atividades devido à pandemia, segundo docentes	106
Figura 7	Mudanças nas atividades devido à pandemia, segundo estudantes	107
Figura 8	Ambientes Virtuais de Aprendizagem segundo docentes	108
Figura 9	Ambientes Virtuais de Aprendizagem segundo estudantes	108
Figura 10	Recursos para o ensino remoto	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
EaD	Educação a Distância
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FC	Faculdade de Ciências
FCLAr	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FE	Faculdade de Educação
FFC	Faculdade de Filosofia e Ciências
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
IB	Instituto de Biociências
IBILCE	Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases (da Educação Nacional)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
REA	Recurso(s) Educacional(ais) Aberto(s)
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIVESP	Universidade Virtual do Estado de São Paulo
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONCEITOS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	17
2.1 Implicações sociais e econômicas do avanço tecnológico	18
2.2 Educação mediada por tecnologias de informação e comunicação	23
2.2.1 A atuação docente em EaD e ensino híbrido	33
2.3 Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores	38
2.3.1 Formação docente a distância: UAB e UNIVESP	45
2.4 O projeto político-pedagógico: acordos e conflitos	49
3 EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19	53
3.1 Características do Ensino Remoto Emergencial	60
3.2 Uso emergencial de tecnologia para formação em ensino superior presencial	67
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	76
4.1 Percurso metodológico	77
4.2 UNESP	85
4.2.1 Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara	85
4.2.2 Faculdade de Ciências de Bauru	86
4.2.3 Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília	88
4.2.4 Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente	89
4.2.5 Instituto de Biociências de Rio Claro	96
4.2.6 Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto	97
4.2.7 UNESP em tempos de COVID-19	98
4.3 UNICAMP	102
4.3.1 Faculdade de Educação da UNICAMP	102
4.3.2 UNICAMP em tempos de COVID-19	103
4.4 USP	111
4.4.1 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto	111
4.4.2 Faculdade de Educação de São Paulo	113
4.4.3 USP em tempos de COVID-19	114
4.5 Discussão	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
APÊNDICES	156
APÊNDICE A – Links para acesso e download dos projetos	157
APÊNDICE B – Base legal comum citada nos projetos.	158
APÊNDICE C – Agrupamento temático de assuntos em comum nos projetos.	159

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se desenvolve por conta do meu interesse na intersecção entre as áreas de educação e tecnologia. Minha formação inicial em Licenciatura em Música com Habilitação em Educação Musical pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) possibilitou meu contato com a educação a distância (EaD) quando atuei como tutora virtual no curso de Licenciatura em Música à distância da própria universidade, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O curso de capacitação para tutoria virtual, o estudo do conteúdo das disciplinas, a familiarização com a plataforma e o acompanhamento dos alunos despertaram meu interesse pela EaD e pelas possibilidades do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem, um aspecto que não foi abordado formalmente durante meu curso de graduação.

Em específico, a gestão da formação de professores, em relação ao uso de TIC, passou a me intrigar, tanto que na pesquisa de mestrado, realizada nesta mesma instituição, investiguei a percepção de alunos e tutores sobre o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do curso de Pedagogia semipresencial oferecido pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP).

Finalmente, no doutorado, com o conselho do meu orientador, Prof. Dr. José Luís Bizelli, o professor Dr. Francisco Rolfsen Belda foi integrado como co-orientador, pela sua atuação com tecnologia e educação com enfoque no desenvolvimento comunitário¹. Cogitou-se a ida aos EUA para um período sanduíche na Universidade de Brandeis, especificamente, no departamento de Política e Gestão Social, cujo princípio orientador é a justiça social. Desse desejo, encaminhei meu projeto de pesquisa para o tema das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) em cursos de Pedagogia considerando temas relativos à justiça social; dessa primeira proposta, foi realizada uma investigação documental nos projetos político-pedagógicos (PPP) de universidades públicas paulistas que foi apresentada no XIV Encontro Ibero-Americano de Educação (EIDE) em Araraquara (SP) e, posteriormente, publicada integralmente na Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação².

¹ O curso Mídia Digital para Desenvolvimento Comunitário é ofertado pela UNESP (São Paulo, Brasil) e pela Universidade de Brandeis (Massachusetts, EUA) para alunos internacionais. Disponível em: <https://www.media4development.org/>. Acesso em: 4 fev. 2021.

² Martínez, D. Émile G., Bizelli, J. L., & Reis, M. L. (2020). Cursos de Pedagogia: tecnologias digitais e justiça social. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(esp4), 2611-2623. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp4.14509>.

Esse projeto inicial, com a proposta do período sanduíche para o ano de 2020, foi submetido à FAPESP para concessão de bolsa de doutorado no país e, futuramente, período sanduíche, mas foi rejeitado. Em janeiro de 2020, em reunião com os orientadores, ficou decidida a reelaboração do projeto para a FAPESP. Nesse momento, as primeiras notícias sobre COVID-19 me preocupavam. Antes de enviar o projeto novamente à FAPESP, em março de 2020, as medidas para contenção do vírus foram decretadas. Por conta da incerteza quanto à retomada das atividades acadêmicas e de mobilidade internacional, abandonei essa proposta inicial de pesquisa.

Logo no início desse período, pensei que, além de manter os tópicos de educação, tecnologia e formação de professores em minha pesquisa, também iria considerar as especificidades educacionais no momento da pandemia e seus reflexos nas futuras ações de formação e atuação docente. Acreditei que, durante a quarentena, seria capaz de reescrever todo meu projeto, submetê-lo para uma bolsa (e ser aprovada) e elaborar os capítulos teóricos para a qualificação. No entanto, por conta da singularidade, estresse e ansiedade desse período somados à frustração da rejeição da bolsa no país e impossibilidade de uma bolsa no exterior, passei por um período de grande incerteza em relação à minha pesquisa; o que, conseqüentemente, me deixava mais ansiosa e frustrada. Felizmente, já havia cumprido os créditos em disciplinas requeridos pelo programa e tive a oportunidade de continuar com meus estudos de alemão pelo Idiomas sem Fronteiras. Também no segundo semestre de 2020, publiquei, juntamente com os coautores, o trabalho anteriormente citado e assisti seminários online de diferentes instituições de ensino e pesquisa.

Ao conseguir lidar melhor com o nervosismo que a pandemia gerou, com anuência dos orientadores, reescrevi o projeto considerando meu interesse consolidado em educação e tecnologia, com foco na formação de professores, agora, adicionando mais um fator, que é o da pandemia de COVID-19 e as ações educacionais realizadas nesse momento de crise para a formação e atuação docentes.

O avanço tecnológico gerou inúmeras mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas, e entre essas mudanças está a própria relação com o saber. O conhecimento técnico, a ação criativa e reflexão crítica sobre as tecnologias dominantes são necessárias para a formação integral do ser humano e sua inserção social, daí a necessidade da escola se voltar para esses conhecimentos e ter um corpo docente capaz de atuar em sala de aula dialogando com a realidade e formando cidadãos capazes de estar inseridos na sociedade e agir sobre ela.

O passo anterior a isso é a formação de professores, que abrange elementos tecnológicos enquanto conteúdos, ferramentas e meios para a formação docente, inclusive, para atender exigências legais.

Com a pandemia de COVID-19, as tecnologias digitais de informação e comunicação foram colocadas em destaque, permeando todos os níveis de ensino, contornando – ou ignorando – a precariedade infraestrutural das instituições educacionais e do corpo discente, com o objetivo de dar continuidade aos processos de escolarização durante o período de restrições sanitárias.

Nesse contexto, foram elaboradas as seguintes questões de pesquisa: como os projetos político-pedagógicos inserem as tecnologias na educação durante a formação inicial de professores? quais os elementos, legais e internos às instituições, são identificados nessa inserção? como foi a institucionalização dos elementos da pandemia pelas universidades?

A partir disso, estabeleceu-se o objetivo geral de analisar como foi a dinâmica dos projetos político-pedagógicos de cursos de Pedagogia durante a pandemia de COVID-19 quanto à integração de tecnologias na educação. Em relação à abordagem, objetivo e fonte de dados, esta é uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental.

Na primeira seção da tese, realiza-se a fundamentação teórica sob a qual foram analisados os dados encontrados. A segunda seção dedica-se à educação durante a crise sanitária decorrente da pandemia. Por fim, a terceira seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa, os resultados e a discussão. O trabalho encerra-se com as considerações finais.

de 24 de março de 2020, fala de continuar as disciplinas com ‘estratégias de aprendizagem não presenciais’, assim como a UNESP.

Com a Resolução CoG nº. 7949, de 27 de abril de 2020, a USP autoriza a substituição das aulas por atividades ‘equivalentes que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação’.

Além dos projetos, nos documentos analisados sobre a pandemia foram encontradas ocorrências a respeito de programas e órgãos de duas universidades que oferecem apoio à comunidade acadêmica em relação ao ensino, aos projetos político-pedagógicos e às tecnologias de informação e comunicação na educação.

A UNESP conta com o iNOVAGrad, programa que auxilia na introdução de novas metodologias pedagógicas e/ou tecnologias, atualização dos projetos político-pedagógicos, integração das disciplinas, articulação entre salas de aula, laboratórios e bibliotecas, integração entre cursos e unidades da UNESP e redução da retenção e evasão nos cursos de graduação. Por sua vez, a UNICAMP tem o Espaço de Apoio ao Ensino e Aprendizagem – (EA)² – que também oferece orientações sobre os projetos político-pedagógicos e o funcionamento dos cursos e informações sobre planejamento e estratégias de ensino, novas ferramentas, relacionamento com os alunos e avaliação.

Durante a pandemia, ambos se mobilizaram para atender o ensino remoto emergencial e seus sites apresentaram conteúdo e serviços para lidar com as especificidades naquele momento.

Percebe-se que, embora os projetos tenham apresentado elementos de tecnologias na educação, como disciplinas, conteúdos, referências e ferramentas, além de validar a importância do desenvolvimento tecnológico na educação, as ações institucionais foram necessárias para a mobilização universitária em prol da continuidade das atividades de ensino.

Isso porque os projetos não foram elaborados para uma situação anormal e inesperada como a enfrentada a partir de 2020. Seriam necessários protocolos de cada universidade e/ou unidade que considerassem as possíveis crises, e na proporção na qual ocorreu, para lidar com a situação de maneira ordenada e planejada. Mesmo que as instituições considerem o regime de atividades domiciliares, ainda assim a crise sanitária advinda da pandemia de COVID-19 apresentou uma situação inesperada em grande nível. Além disso, todo o percurso legal, nacional e estadual, também condicionou e determinou as ações realizadas pelas universidades e, conseqüentemente, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2015, a OMS alertava que não estávamos preparados para lidar com outras epidemias como a do ebola²⁹. Em 2020, a organização novamente questiona que lições o mundo vai aprender com essa pandemia e se estará mais bem preparado para as próximas³⁰. As futuras crises não serão só sanitárias, a educação para conflito e crise também lida com situações de violência e desastres naturais (cada vez mais constantes considerando as mudanças climáticas), e as próprias fragilidades da realidade brasileira, evidenciadas ainda mais pela pandemia de COVID-19, apresentam empecilhos à escola, aos professores e à formação docente.

Desenvolver esta pesquisa dentro da temática apresentada se mostrou um desafio, principalmente pelo movimento constante do tema. Em momentos significativos do percurso acadêmico e na finalização do trabalho houve mudanças provenientes do andamento da pandemia, como o processo de imunização da população, o retorno das atividades presenciais e, novamente, o aumento do número de casos de COVID-19.

Antes da pandemia de COVID-19 houve uma situação que demandou mobilização social e mudanças educacionais, que foi a pandemia de H1N1. Compreende-se que aquela crise não foi suficiente para demandar mudanças institucionais duradouras ou ser referenciada na formação de professores. A situação vivenciada a partir de 2020 tem sido mais grave e terá influência no retorno das aulas presenciais e na formação universitária.

Ainda assim, não é só nas crises que as tecnologias de informação e comunicação são protagonistas de discussões e iniciativas educacionais. Há décadas que o estreitamento entre as áreas da educação e tecnologia desenvolve um repertório de projetos, reflexões, indicadores e recursos; ainda que a transposição descontextualizada para outras realidades não seja possível nem almejada, há modelos e diretrizes para não se começar do zero.

A relevância da atualização didática e pedagógica quanto aos desdobramentos tecnológicos havia se estabelecido enquanto área, embora com uma diversidade de termos, siglas, conceitos e embasamentos teóricos. Resultados positivos de iniciativas híbridas e a distância mostram que as tecnologias potencializam a intenção humana de acolher os estudantes e estabelecer jornadas formativas apropriadas e possíveis para uma formação significativa e de valor. Assim, as iniciativas de sucesso com ensino híbrido alcançam

²⁹ “O mundo não está preparado para outra epidemia como a do ebola”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/14/internacional/1444844766_140471.html. Acesso em: 15 jul. 2021.

³⁰ Media briefing on #COVID19 with @DrTedros. Disponível em: <https://twitter.com/WHO/status/1302975980793987073>. Acesso em: 15 jul. 2021.

resultados positivos não pelo uso intensivo de tecnologias, mas pelo interesse de conhecer o estudante e criar condições para seu sucesso, identificando o perfil e expectativas discentes, diversificando práticas pedagógicas e oferecendo ferramentas digitais conforme as necessidades.

Para isso, também é necessário o ensino de conteúdos e desenvolvimento de habilidades que não podem ser demandadas do público-alvo, culpabilizando níveis de ensino anteriores ou o contexto cultural; nesse sentido, é preciso ensinar os estudantes como aprender e avaliar a aprendizagem conforme o conjunto de abordagens do curso, desenvolver as habilidades tecnológicas de acordo com as ferramentas a serem usadas, apresentar a jornada formativa de forma clara e detalhada e reconhecer o valor dessa formação para a realidade do aluno em relação ao contexto socioeconômico.

Para tanto, faz-se necessária a constante atualização por parte de professores a cada nova turma e conforme os desafios e sucessos que encontram ao longo do caminho, inclusive conforme as atualizações dos recursos técnicos que utilizam, em um movimento de ação e reflexão contínuas e sobrepostas. Essas medidas auxiliam na formação de qualidade no ensino híbrido e, quem sabe, seriam de ajuda também no ensino presencial.

Disciplinas que estudam as tecnologias de informação e comunicação foram encontradas nos projetos de todas as unidades das universidades paulistas analisadas. Não só nas disciplinas, ao longo do texto, em momentos de apresentação da universidade e do curso, foram encontradas ocorrências relativas à tecnologia enquanto desenvolvimento técnico da humanidade, área de conhecimento e ferramentas de informação e comunicação.

Essas argumentações e a integração das TIC nos cursos são em diferentes níveis, com projetos se alongando mais na temática, como é o caso da FCT/UNESP e da FC/UNESP, e atribuindo maior valor às tecnologias; outros projetos, por conta até da sua brevidade, apresentaram poucas referências à temática apresentada.

A FC/UNESP afirma que uma das características de seu curso de Pedagogia é o destaque ao uso de tecnologias de informação e comunicação. Embora apresente somente uma disciplina obrigatória que se dedica ao estudo de TIC, o projeto discorre a respeito da relevância desse aspecto na vida contemporânea e, conseqüentemente, na formação de professores e na escola. Depois do projeto da FCT/UNESP, que é o mais extenso, pois apresenta os programas das disciplinas, o projeto da FC/UNESP é o que mais oferece ocorrências dos termos pesquisados: não só isso, no texto, averigua-se a importância atribuída ao desenvolvimento tecnológico.

Ao mesmo tempo, a FE/UNICAMP foi a que apresentou, em seu projeto, o maior número de disciplinas relativas ao tema, ainda que somente uma obrigatória e o restante optativas. Em contrapartida, é o único projeto a explicitar o posicionamento contrário à formação de professores em cursos a distância.

Assim como exigido pelos conselhos de educação que autorizam o funcionamento das universidades e seus cursos, todos os projetos contam com uma disciplina de educação e tecnologia, e esse conteúdo acaba perpassando outras disciplinas e componentes curriculares que envolvem a atuação prática.

A partir de 2020, com a declaração de pandemia de COVID-19, medidas de contenção do vírus foram tomadas mundialmente, entre elas, a interrupção das atividades educacionais presenciais em todos os níveis de ensino. As adaptações necessárias foram feitas em um período de tempo muito curto: percebe-se na frequência de publicação das portarias e resoluções das universidades que essa mobilização foi realizada em semanas, numa urgência de continuidade das atividades, de modo a atender as exigências nacionais e estaduais.

Denominadas de ensino remoto emergencial (ERE), as atividades desse período se diferenciam significativamente da educação a distância por ter caráter emergencial, não haver intenção de continuidade, ausência de condições de infraestrutura, de planejamento e de pessoal capacitado e falta de interesse prévio dos estudantes pela modalidade. O ERE se aproxima do conceito de educação em conflito e crise, apesar de ser especificamente remoto e se associar à pandemia iniciada em 2020. A caracterização do ERE é essencial para distingui-lo da modalidade a distância, já que não foi nessa modalidade que a educação ocorreu durante a pandemia e a equivalência errônea prejudica ainda mais a visão negativa da EaD.

Em seus projetos, as IES apresentaram condições mínimas de enfrentamento do período remoto por conta dos conteúdos, ferramentas, metodologias, referenciais teóricos e a argumentação apresentada no texto, que valoriza e agrega o desenvolvimento tecnológico na educação e na formação docente; considera-se que o que foi identificado nos projetos foi um ponto de partida sob o qual as instituições poderiam se apoiar e expandir. No entanto, além dos diferentes níveis de ênfase atribuídos à temática, os projetos não foram suficientes para manutenção da educação durante a pandemia, nos princípios previamente estipulados antes daquele período, ou seja, mesmo com as bases apresentadas, a mobilização institucional, tanto da unidade quanto da universidade toda, foi determinante para a realização do processo de ensino de maneira remota durante a crise sanitária. Situação compreensível, considerando que

o projeto não foi elaborado para uma crise como a enfrentada, afinal foram circunstâncias atípicas.

Educação a distância, ensino semipresencial, modalidade híbrida e, agora, ensino remoto emergencial. Todos são fenômenos e áreas do conhecimento que têm características próprias e princípios orientadores específicos desde o planejamento e gestão até o percurso formativo dos alunos. Por conta da história da área, as tecnologias podem ser o rádio, a correspondência, a televisão e atualmente a rede e os dispositivos próprios de acesso. A legislação brasileira também estabelece as diretrizes para oferta de cursos a distância, embora o semipresencial e o híbrido não tenham tanta definição ou definições amplamente aceitas.

O ensino remoto emergencial exigiu a transposição de atividades de ensino e a postergação de atividades práticas presentes nos projetos, o que são limitações desse tipo de ensino. Por sua vez, alguns pontos negativos do ERE nas escolas e universidades são problemas de infraestrutura telecomunicativa nacional, como a falta ou baixa qualidade do sinal de internet; limitações que revelam a pobreza no país, como a indisponibilidade de dispositivos para realizar os estudos; e problemas advindos do momento de crise vivenciado, como a ansiedade e o luto; além disso, não foi para esse modelo de ensino que os alunos haviam se matriculado e que professores haviam se preparado, por isso a falta de capacitação docente e discente também aparece como um agravante.

Embora não seja responsabilidade da escola e seus profissionais superar essas desigualdades estruturais, cabe a eles lidar com elas de maneira a não as agravar, adaptando e diversificando as maneiras de ensinar para não deixar nenhum aluno para trás.

Mesmo sem a crise sanitária, situações pontuais demandam adaptações, como é o caso do regime de atividades domiciliares, que atende alunos temporariamente impossibilitados de frequentar os espaços escolares e universitários. Nesse sentido, ressalta-se os interesses na diversidade de ferramentas pedagógicas e tecnológicas construídas durante a formação inicial de professores para acolher esse público nas eventuais potencialidades vivenciadas.

De maneira geral, corrobora-se com o colocado nos projetos da FCLAr/UNESP, FC/UNESP e FCT/UNESP sobre o papel da escola em promover a participação no mundo marcadamente tecnológico e desenvolver conhecimentos que permitam a atuação democrática e cidadã.

A literatura aponta que professores em serviço e em formação percebem o valor de utilizar tecnologias de informação e comunicação para diversificar as abordagens de ensino, os recursos midiáticos, as dinâmicas de aprendizagem individual e em grupo, as práticas avaliativas, e incentivar o olhar crítico a respeito da mídia. Apesar do interesse, a literatura

também verifica a ausência de apoio institucional, que é relatada como condição limitante para as ações, tanto da escola, enquanto local de trabalho, que não promove condições para atualização e aperfeiçoamento, e que, em um contexto ainda maior de precariedade, não conta com infraestrutura básica, quanto da universidade, enquanto formadora, que não promove a vivência de diferentes tipos de modalidades de ensino e mediações tecnológicas.

A maior integração tecnológica nos processos de ensino e de aprendizagem pode ocorrer com o intuito de intensificar a precarização do trabalho docente, de privar estudantes da convivência social – e conseqüente desenvolvimento de habilidades interpessoais e contato com o diferente –, de padronização do ensino e de socialização de conteúdo de baixa qualidade ou que aliene a cultura local; além disso, os auxílios realizados pela escola a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade podem ficar comprometidos.

No entanto, além de frustrar os professores que almejam a aproximação, manter a educação afastada do avanço tecnológico isola ainda mais o desenvolvimento técnico dominante que, por conta da intrínseca relação com a exclusão e pobreza, deve considerar aspectos humanos a favor do bem público, da justiça social e da democracia, podendo contar com a intervenção de professores com conhecimentos tecnológicos suficientes para dialogar com tecnólogos e atuar em contextos diversos. Isso, sem a intenção de recair na culpabilização de docentes e da escola ou na responsabilização individual por problemas socioeconômicos e institucionais, enquanto caminhamos para a superação de desigualdades histórico-estruturais.

Ao incluir conteúdos como educação para crise e conflito, educação a distância, ensino semipresencial, ensino híbrido, *media literacy*, *e-learning*, *m-learning*, ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas digitais e outras práticas e conceitos em educação e tecnologia, a formação inicial docente atende ao interesse dos próprios professores em formação de aprender e vivenciar esse conjunto de saberes, aproxima a universidade de práticas resilientes e flexíveis de estudo e de trabalho presentes em nichos da sociedade, e promove a construção de um repertório didático diverso para lidar com possíveis crises e situações extremas, que talvez deixem de ser tão raras.

A universidade enquanto espaço de resistência ao aceleração da formação de professores, à precarização do trabalho docente e à mercantilização do ensino não pode privar os futuros professores de conhecimentos que possibilitam sua atuação crítica e argumentação com outras áreas do conhecimento, especificamente, a da tecnologia. A modalidade presencial e a distância são, em seu cerne, educação, e ambas podem se submeter ao entorno neoliberalista.

A manifestação do compromisso colabora com sua efetivação, para tanto, no contexto aqui estudado, o projeto político-pedagógico apresenta a possibilidade de garantir que os saberes acima elencados estejam presentes na formação inicial docente sem que isso dependa da iniciativa individual de alguns professores da área, contando, é claro, que isso seja de interesse comum aos sujeitos que participam da construção do documento e que participarão da sua vivência. Assim, a autonomia docente não exime a responsabilidade institucional.

As abordagens híbridas associadas às tecnologias de informação e comunicação, que prezam pelo sucesso de todos os estudantes (e não pela distribuição de tecnologias sofisticadas ou ganho financeiro), priorizam a personalização, flexibilidade, diálogo, diversidade e atualização, tanto nos âmbitos pedagógicos e tecnológicos quanto nos de gestão e financiamento, o que gera tensão em instituições de ensino apegadas às práticas tradicionais, no sentido de rigidez, seletividade, padronização e manutenção desse modelo.

A escola, da forma como a conhecemos atualmente, com os parâmetros, diretrizes, políticas públicas e comunidade escolar, tem apenas algumas décadas, o que é muito recente em relação à história milenar da Educação. Somadas as tecnologias digitais, esse é um fenômeno ainda mais recente de ser integrado na educação.

Dentre os conteúdos identificados nos projetos, nas normas institucionais e nos portais de apoio ao ensino digital das universidades durante a crise, destacam-se os seguintes como áreas de interesse:

- Abordagens pedagógicas diretivas, metodologias ativas e práticas colaborativas em ambientes virtuais e iniciativas híbridas (relação entre os momentos presenciais e virtuais);
- Avaliação em EaD e ensino híbrido: aspectos teóricos e elaboração de ferramentas de avaliação em plataformas virtuais;
- Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou Sistemas de Gerenciamento de Aprendizagem (SGA): MOODLE, Blackboard, Teleduc, Google Workspace e Google Classroom;
- Ferramentas de teleconferência: Microsoft Teams, Zoom, Jitsi, Hangouts e Google Meet;
- Aplicativos e programas para gravação e compartilhamento de vídeo aulas: Youtube, OBS;
- Direitos autorais em EaD e aprendizagem aberta, tanto em relação ao conteúdo que se pode utilizar e disponibilizar em aulas virtuais quanto em relação ao conteúdo produzido pelos próprios professores, inclusive as vídeo aulas e palestras realizadas;

- Ferramentas de armazenamento e compartilhamento de arquivos: Dropbox, Google Drive;
- Banco de aulas, repositórios de material multimídia e de recursos educacionais abertos: UNESP Aberta³¹, UNIVESP TV³², repositório de Recursos Educacionais Abertos da UNIVESP³³, SEAD UFSCar³⁴, portal de videoaulas da USP³⁵.

Cabe elencar os aspectos encontrados ao longo do trabalho que podem levar a questionamentos de futuras pesquisas.

A articulação entre os cursos presenciais e a distância ou semipresenciais de mesma nomenclatura que são oferecidos pela mesma universidade, uma vez que a UNESP tem cursos de mesma nomenclatura presenciais e a distância, assim como a USP e a UNICAMP têm ou tiveram ofertas de cursos em outras modalidades.

A utilização da infraestrutura digital (computadores, rede, base de dados e mecanismos de busca especializados) enquanto espaços formais de aprendizagem na formação inicial, de modo a promover vivências com diferentes tecnologias de informação e comunicação. Sabe-se que existe essa disponibilidade, mesmo que em diferentes estados de conservação e atualização, e o projeto da FCT/UNESP e da FE/UNICAMP propõem esse tipo de vivências.

Se elementos do ensino remoto emergencial ou práticas educativas desse período de pandemia serão incluídos nos projetos político-pedagógicos dos cursos de Pedagogia é outra questão já que pessoas vêm e vão, mas o que é institucionalizado permanece. Desta forma, em mais ou menos duas décadas pessoas que não vivenciaram esse período estarão adentrando a universidade e poderão, ou não, se deparar com os resquícios dessa época nos projetos e na formação em si.

³¹ Disponível em: <https://unespaberta.ead.unesp.br/index.php/menu-principal-institucional/comunicado>.

³² Disponível em: <https://www.youtube.com/user/univesptv/videos>.

³³ Disponível em: <https://apps.univesp.br/repositorio/>.

³⁴ Disponível em: <http://www.sead.ufscar.br/acervo/videos/>.

³⁵ Disponível em: <https://eaulas.usp.br/portal/home>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABED. **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EAD_2018_PORTUGUES.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

ABED. **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2019/2020. Curitiba: InterSaberes, 2021. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_2019_PORTUGUES.pdf. Acesso em: 04 mar. 2022.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 77, p. 53-61, 1991.

ALVES, J. R. M. A história da EAD no Brasil. In.: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (orgs.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.

ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TgSHBs9L6Rv38CGWcnq7Kn>. Acesso em: 18 out. 2022.

BASAK, S. K.; WOTTO, M.; BELANGER, P. E-learning, M-learning and D-learning: Conceptual definition and comparative analysis. **E-learning and Digital Media**, v. 15, n. 4, p. 191-216, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2042753018785180>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEHAR, P. A. O ensino remoto emergencial e a educação a distância. **Jornal da Universidade**, Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BELLINI, C. G. P. et al. Self-efficacy and anxiety of digital natives in face of compulsory computer-mediated tasks: A study about digital capabilities and limitations. **Computers in Human Behavior**, v. 59, p. 49-57, 2016.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BIZELLI, J. L. **Inovação**: limites e possibilidades para aprender na era do conhecimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

BIZELLI, J. L.; VARGAS BIZELLI, T. Respuesta de las universidades brasileñas a la pandemia: la experiencia del Sistema Paulista de Educación Superior. In: SEBASTIAN-HEREDERO, E.; BONILLA-ESQUIVEL J. L.; GÁRATE-RIVERA A. (Org.). **Educación Superior en tiempos de pandemia**: ideas y escenarios en el contexto de la contingencia. 1. ed. Mexicali, Baja California: Editorial Cety's Universidad, 2021, v. 1, p.

68-82. Disponível em:
https://repositorio.cetys.mx/bitstream/60000/1360/1/Educacio%cc%81nSuperiorEnTiemposDePandemia_EditorialCETYS.pdf. Acesso em: 03 fev. 2022

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.28, 23 dez. 2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 maio 2017a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8956, 21 out. 1969. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1044.htm. Acesso em: 03 fev. 2022.

BRASIL. Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 05 maio 2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. Lei Complementar Nº 173, de 27 de maio de 2020. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 28 maio 2020a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp173.htm. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.056, de 13 de outubro de 2009. Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 14 out. 2009a. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/L12056.htm. Acesso em: 27 jan. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 7 fev. 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 19 ago. 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm. Acesso em: 03 fev. 2022.

BRASIL. Medida provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 1º abr. 2020d. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 34, 13 dez. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE Nº 26, de 05 de junho de 2009. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://www.unesp.br/uab/mostra_arq_multi.php?arquivo=9215. Acesso em: 5 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 21, 11 out. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/10/2016&jornal=1&pagina=21&totalArquivos=212>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 59, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria1428.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 131, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 329, de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 165, 12 mar. 2020e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 mar. 2020f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 403, de 15 de junho de 2021. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 192, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/coronavirus/coe/pdf/portaria-mec-no-403-de-15-de-junho-de-2021-inclui-o-cne-na-composicao-do-coe-mec.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRIS, M. M.; VALVERDE, M. del C. V.; HERNÁNDEZ, M. G. Diseño de secuencias didácticas Blended Learning para el desarrollo de estrategias de aprendizaje y habilidades digitales en la reinserción a la universidad. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 1, p. 98–111, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i1.7773. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7773>. Acesso em: 3 mar. 2021.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 179, de 3 de Dezembro de 2013. Integrar a Universidade Virtual do Estado de São Paulo ao Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 25, 9 dez. 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/62715789/dou-secao-1-09-12-2013-pg-25>. Acesso em: 18 out. 2022.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 11. ed. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CEE/SP. Conselho Estadual de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Deliberação CEE N° 59/2006, de 16 de agosto de 2006. Estabelece condições especiais de atividades escolares de aprendizagem e avaliação, para discentes cujo estado de saúde as recomende. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 22, 18 ago. 2006. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/textos/2006/319-06-Del.-59-06-Ind.-60-06.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

CEE/SP. Conselho Estadual de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Deliberação CEE N° 111/2012. Fixa Diretrizes Curriculares Complementares para a Formação de Docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação de Pedagogia, Normal Superior e Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao sistema estadual. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 44, 15 mar. 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/35288328/dosp-executivo-caderno-1-15-03-2012-pg-44>. Acesso em: 18 out. 2022.

CEE/SP. Conselho Estadual de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Deliberação CEE N° 126/2014. Altera dispositivos da Deliberação 111/2012. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 21, 14 jun. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/71817301/dosp-executivo-caderno-1-14-06-2014-pg-21>. Acesso em: 18 out. 2022.

CEE/SP. Conselho Estadual de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Deliberação CEE N° 154/2017. Dispõe sobre alteração da Deliberação CEE n° 111/2012. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 38, 7 jun. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/149280214/dosp-executivo-caderno-1-07-06-2017-pg-38>. Acesso em: 18 out. 2022.

CEE/SP. Conselho Estadual de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Deliberação CEE N° 177/2020, de 18 de março de 2020. Fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 19, 19 mar. 2020. Disponível em: https://www.ime.unicamp.br/sites/default/files/inline/349/deliberacao_cee_177_20_-_covid-19.pdf. Acesso em: 04 abr. 2022.

CEE/SP. Conselho Estadual de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Portaria CEE-GP-120, de 22 de março de 2013. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 61, 23 mar. 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/52337369/dosp-executivo-caderno-1-23-03-2013-pg-61>. Acesso em: 18 out. 2022.

CGI.BR. **TIC Domicílios 2019** - Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros. 2020. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

CNE. Conselho Nacional de Educação. **Nota de esclarecimento**. Brasília, DF, 18 mar. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=142021-not

a-de-esclarecimento-covid-19&category_slug=fevereiro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 fev. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 19/2009. Consulta sobre a reorganização dos calendários escolares. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 52, 13 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb019_09.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES Nº 242/2015. Credenciamento da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 16, 21 set. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=21351-par-cne-ces242-2015-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 out. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP Nº 9/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 31, 18 jan. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP Nº 5/2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 29 dez. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP Nº 3/2006. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 19, 11 abr. 2006. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/539577/pg-19-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-04-2006>. Acesso em: 18 out. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP Nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Parecer homologado parcialmente. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 32, 1º jun. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 out. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 31, 9 abr. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11-12, 16 maio

2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8-12, 2 jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 18 out. 2022.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 103-106, 29 out. 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file#:~:text=CONSELHO%20PLENO-,RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNE%2FCP%20N%C2%BA%201%2C%20DE%2027%20DE%20OUTUBRO%20DE,\(BNC%2DForma%C3%A7%C3%A3o%20C](http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file#:~:text=CONSELHO%20PLENO-,RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNE%2FCP%20N%C2%BA%201%2C%20DE%2027%20DE%20OUTUBRO%20DE,(BNC%2DForma%C3%A7%C3%A3o%20C)ontinuada). Acesso em: 18 out. 2020.

CRAWFORD, S. Why Universities Need ‘Public Interest Technology’ Courses. **Wired Magazine**, ago. 2018. Disponível em: <https://www.wired.com/story/universities-public-interest-technology-courses-programs/>. Acesso em: 18 set. 2018.

CRUESP. **Comunicado CRUESP Nº 03/2020**. Campinas, 13 mar. 2020. Disponível em: https://sites.usp.br/cruesp/wp-content/uploads/sites/620/2020/05/Cruesp_Comunicado03.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

CRUZ, D. M. Letramentos e mídias na formação continuada de professores universitários. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 4, p. 2175–2188, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14i4.10954. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10954>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DAHYA, N. **Education in Conflict and Crisis: How Can Technology Make a Difference? – A Landscape Review**. Bonn: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), 2016. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/inee-assets/resources/20160303_Landscape_Review ICT4E_in_Conflict_and_Crisis.pdf. Acesso em: 8 out. 2018.

FUNDUNESP. Edital 03/2009 – Processo seletivo para o emprego de Orientador de Disciplina. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 159-161, 14 out. 2009. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2009%2fexecutivo%2520secao%2520i%2foutubro%2f14%2fpag_0159_6V233BBLR8LS0e79SUCEBFO80MM.pdf&pagina=159&data=14/10/2009&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100159. Acesso em: 16 out. 2016.

GADOTTI, M. **O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Transcrição do debate realizado na Conferência Nacional de Educação

para Todos. Brasília, 1994. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1333491435.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

GANDIN, D. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 81-95, 2001.

GASSET, J. O. y. **Meditação da técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.

GARRISON, D. R.; KANUKA, H. Blended learning: Uncovering its transformative potential in higher education. **The internet and higher education**, v. 7, n. 2, p. 95-105, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/D_Garrison/publication/222863721_Blended_Learning_Uncovering_its_Transformative_Potential_in_Higher_Education/links/56dda87c08aed4e2a99c571d.pdf. Acesso em: 11 set. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIOVANNELLA, C. Effect induced by the Covid-19 pandemic on students' perception about technologies and distance learning. In: MEALHA, Ó., REHM, M., REBEDEA, T. (orgs.). **Ludic, Co-design and Tools Supporting Smart Learning Ecosystems and Smart Education**. Springer: Singapore, 2021. p. 105–116. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-15-7383-5_9. Acesso em: 18 out. 2022.

GRAJEK, S. Top IT Issues, 2021: Emerging from the Pandemic. **EDUCAUSE Review**, nov. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/11/top-it-issues-2021-emerging-from-the-pandemic>. Acesso em: 4 mar. 2021.

GT-PRAA. **Plano USP para o retorno gradual das atividades presenciais**. Grupo de Trabalho Plano de Readequação para o Ano Acadêmico, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2020/08/PLANO-USP-PARA-O-RETORNO-GRADUAL-DAS-ATIVIDADES-PRESENCIAIS.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GUSSO, H. L. et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.238957>. Acesso em: 26 nov. 2021.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/QQFQSQx77FqjnxGrNBHDhD/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2022.

HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. **Educause Review**, Washington, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 08 mar. 2021.

HOFMANN, J. Why Blended learning hasn't (yet) fulfilled its promises. In: BONK, C. J.; GRAHAM, C. R. (orgs.). **Handbook of blended learning: Global perspectives, local designs**. São Francisco (EUA): John Wiley & Sons, 2006. p. 27-40.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: COVID19 novembro/2020**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101778.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

INEP. **Censo da Educação Superior 2020 – Notas Estatísticas**. Brasília: INEP, 2020a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 8 abr. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior 2020 – Principais Resultados**. Brasília: INEP, 2020b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 8 abr. 2022.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2011.

KENSKI, V. M. A urgência de propostas inovadoras para a formação de professores para todos os níveis de ensino. **Revista Diálogo**, v. 15, n. 45, Curitiba, p. 423-441, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4922657/mod_resource/content/1/Artigo-Kenski-Inova%C3%A7%C3%A3o%20de%20pr%C3%A1ticas.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

LAGO, N. C.; TERRA, S. X.; CATEN, C. S. T.; RIBEIRO, J. L. D. Ensino remoto emergencial: investigação dos fatores de aprendizado na educação superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 391–406, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i2.14439. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14439>. Acesso em: 25 mar. 2021.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 134p.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais da comunicação à educação. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 18, p. 51-61, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MARTÍNEZ, D. E. G. **O curso de Pedagogia semipresencial da UNESP: o ambiente virtual de aprendizagem na percepção de alunos e tutores**. Orientador: José Luis Bizelli. 2017. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/150940>. Acesso em: 23 set. 2021.

MARTÍNEZ, D. E. G.; BIZELLI, J. L.; INFORSATO, E. do C. Tecnologias de informação e comunicação no ensino superior: o ambiente virtual de aprendizagem em curso semipresencial. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. esp.2, p. 1421–1440, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.esp.2.10302. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10302>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MARTÍNEZ, D. E. G.; BIZELLI, J. L.; REIS, M. L. Cursos de Pedagogia: tecnologias digitais e justiça social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp4, p. 2611–2623, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp4.14509. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14509>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MEC/INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

MIGUEL-REVILLA, D. Rendimiento académico y tecnología: evolución del debate en las últimas décadas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 1122-1137, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531471441122>. Acesso em: 4 mar. 2021.

MILL, D. Sobre o conceito de polidocência ou sobre a natureza do processo de trabalho pedagógico na Educação a Distância. In.: MILL, D. R. S.; RIBEIRO, L. R. de C.; OLIVEIRA, M. R. G. de (orgs.). **Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 23-40.

MILL, D. A Universidade Aberta do Brasil. In.: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte 2**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. p. 280-291.

MILL, D. Gestão estratégica da educação a distância: constituição, complexidades e desafios. In.: NEVES, I. de S. V.; CORRADI, W.; CASTRO, C. L. F. de (orgs.). BRANCO, Juliana Cordeiro Soares (coord.). **EaD: diálogos, compartilhamentos, práticas e saberes**. Barbacena: EdUEMG, 2016. p. 129-144.

MILL, D. et al. O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo. **Cadernos da Pedagogia** (UFSCar Online), v. 2, p. 112-127, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/106/63>. Acesso em 19 set. 2016.

MOREIRA, G. A educomunicação e os sertões do século XXI. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e221403, p. 1-14, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100319&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2021.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MOURA, A. da R.; GUERRA, M. das G. G. V. Reflexões de Boaventura de Sousa Santos sobre os impactos do coronavírus. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 1160-1163, out./dez. 2020. [Seção] Resenhas. Resenha da obra de: SANTOS, B. de S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147314>. Acesso em: 4. mar. 2021.

NASCIMENTO, P. M. et al. **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, 2020 (Nota Técnica Disoc n. 88/2020). Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200902_nt_disoc_n_88.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **E-Learning in Higher Education in Latin America**. Paris: Development Centre Studies/OECD Publishing, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264209992-en>. Acesso em 12 set. 2016.

PORTO, T. M. E. As tecnologias de comunicação e informação na escola; relações possíveis... relações construídas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, p. 43-57, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a05v11n31>. Acesso em: 16 fev. 2021.

RESENDE, L. M. G. de. O sujeito reflexivo no espaço da construção do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas: Papirus, 2001. p. 239-256.

ROCHA, E. M.; LIMA, J. M. da S. Impactos e desafios do ensino on-line decorrentes da pandemia COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 377-390, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i2.14526. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14526>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 1, 14 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/193314>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 1, 17 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/193318>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020. Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 1, 21 mar. 2020c. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64879-20.03.2020.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 1, 23 mar. 2020d. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/193361>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020. Dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, institui o Plano São Paulo e dá providências complementares. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 1, 29 maio 2020e. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64994-28.05.2020.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Nº 65.056, de 10 de julho de 2020. Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 1, 11 jul. 2020f. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65056-10.07.2020.html>. Acesso em: 19 out. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Nº 65.061, de 13 de julho de 2020. Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID-19, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 3, 14 jul. 2020g. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=194541>. Acesso em: 19 out. 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei Nº 14.836, de 20 de julho de 2012. Institui a Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 1, 21 jul. 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2012/lei-14836-20.07.2012.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

SCHLEICHER, A. **The impact of Covid-19 on education: insights from Education at a glance 2020**. Paris, França: OECD, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/the-impact-of-covid-19-on-education-insights-education-at-a-glance-2020.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2021.

SILVA, M. A. da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ghxkCxNyHpsGrB9PQP4GybT>. Acesso em: 18 out. 2022.

SILVA, J.; GOULART, I. do C. V.; CABRAL, G. R. Ensino remoto na educação superior: impactos na formação inicial docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 407–423, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i2.14238. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14238>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SORJ, B.; GUEDES, L. E. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 72, p. 101-117, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a06n72.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.

TONDEUR, J. et al. A multilevel analysis of what matters in the training of pre-service teacher's ICT competencies. **Computers & Education**, v. 122, p. 32-42, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0360131518300551>. Acesso em: 3 set. 2019.

TORRES, P. L.; COSME, A.; SANTOS, E. O. dos. Educação e tecnologias em contexto de pandemia: uma experiência de aulas remotas. **Revista Cocar**, v. 1, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4129> Acesso em: 24 jun. 2021.

TOYAMA, K. Can technology end poverty? **Boston Review**, v. 36, n. 5, p. 12-29, 2010. Disponível em: https://www.classes.cs.uchicago.edu/archive/2020/winter/20370-1/readings/Toyama_Tech_Poverty.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

UNESCO. **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação para todos**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por/PDF/373721por.pdf.multi. Acesso em: 15 fev. 2020.

UNESP. **Edital No. 04/2018** – PROGRAD – (I)NOVAGrad. São Paulo, 29 ago. 2018. Disponível em: https://www2.unesp.br/Home/prograd/edital_04_prograd_inovagrad_alterado_29_08.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

UNESP. **Comunicado 03** - Comitê Unesp Covid-19. São Paulo, 16 mar. 2020a. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/aci_ses/notas-e-comunicados/comunicado-03--comite-unesp-covid-19/. Acesso em: 19 out. 2022.

UNESP. **Comunicado 04** - Comitê Unesp Covid-19. São Paulo, 18 mar. 2020b. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/aci_ses/notas-e-comunicados/comunicado-04---comite-unesp-covid-19/. Acesso em: 19 out. 2022.

UNESP. **Comunicado 05** - - Comitê Unesp Covid-19. São Paulo, 22 mar. 2020c. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/aci_ses/notas-e-comunicados/comunicado-05---unesp-covid-19/. Acesso em: 19 out. 2022.

UNESP. Portaria UNESP N° 104, de 12 de março de 2020. Dispõe sobre a constituição do Comitê Unesp COVID-19. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 64, 13 mar. 2020d.

UNESP. Portaria UNESP N° 111, de 18 de março de 2020. Dispõe sobre as atividades da Unesp em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 47, 20 mar. 2020e.

UNESP. Portaria UNESP N° 121, de 27 de março de 2020. Dispõe sobre a criação e a constituição do Comitê Científico Covid-19. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 38, 28 mar. 2020f.

UNESP. Portaria UNESP N° 122, de 27 de março de 2020. Define as diretrizes para o desenvolvimento e a adaptação das disciplinas da Graduação para atividades não presenciais em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 38, 28 mar. 2020g.

UNESP. Portaria UNESP N° 128, de 23 de abril de 2020. Dá nova redação à Portaria Unesp 122-2020, que definiu diretrizes para o desenvolvimento e a adaptação das disciplinas da Graduação para atividades não presenciais em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 47, 24 abr. 2020h.

UNESP. Portaria UNESP N° 171, de 30 de julho de 2020. Altera a Portaria Unesp 122-2020, alterada pela Portaria Unesp 128-2020, que definiu diretrizes para o desenvolvimento e a adaptação das disciplinas da Graduação para atividades não presenciais em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 51, 31 jul. 2020i.

UNESP. Resolução UNESP N° 79, de 25 de agosto de 2005. Dispõe sobre a aplicação do regime de exercícios domiciliares aos alunos submetidos a tratamento excepcional. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 35, 26 ago. 2005.

UNICAMP. **A Unicamp e o novo Coronavírus** – Relatório Docentes. 2020a. Disponível em: https://www.observatorio.cgu.unicamp.br/assets/docs/observatorio/02_UNICAMP-relat%C3%B3rio-DOCENTES.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

UNICAMP. **A Unicamp e o novo Coronavírus** – Relatório Estudantes. 2020b. Disponível em: https://www.observatorio.cgu.unicamp.br/assets/docs/observatorio/03_UNICAMP-relat%C3%B3rio-ESTUDANTES.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

UNICAMP. **Deliberação CONSU-A-011/1998**, de 10/08/1998. Baixa o Manual do Aluno que compreende as normas referentes ao Ensino de Graduação. Campinas, 10 ago. 1998. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/2624/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNICAMP. **Portaria GR-067/2020**, de 15/07/2020. Designa Grupo de Trabalho para planejar e implementar um programa de formação docente que permita qualificar o processo remoto de ensino-aprendizagem na Unicamp. Campinas, 15 jun. 2020c. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/22806/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNICAMP. **Resolução GR-016/2008**, de 31/03/2008. Dispõe sobre a criação do Grupo Gestor de Educação a Distância - GGEAD. Campinas, 3 abr. 2008. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/1520/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNICAMP. **Resolução GR-034/2009**, de 24/09/2009. Dispõe sobre a criação do Grupo Gestor de Tecnologias na Educação - GGTE. Campinas, 26 set. 2009. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/1607/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNICAMP. **Resolução GR-013/2010**, de 11/03/2010. Dispõe sobre a criação do Espaço de Apoio ao Ensino-Aprendizagem. Campinas, 12 mar. 2010. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/1641/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNICAMP. **Resolução GR-024/2020**, de 16/03/2020. Dispõe sobre a suspensão das atividades da UNICAMP no período de 13/03/2020 a 12/04/2020 em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19). Campinas, 16 mar. 2020d. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/17655/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNICAMP. **Resolução GR-025/2020**, de 16/03/2020. Atividades para os cursos de Graduação e Pós-Graduação Unicamp diante da Pandemia de Coronavírus. Campinas, 16 mar. 2020e. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/17657/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNICAMP. **Resolução GR-035/2020**, de 24/03/2020. Dispõe sobre o calendário escolar e a adaptação das disciplinas da Graduação para atividades não presenciais em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19). Campinas, 24 mar. 2020f. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/17703/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNICAMP. **Resolução GR-065/2020**, de 28/05/2020. Prorroga o prazo de suspensão das atividades presenciais na Universidade, previsto no Artigo 1º da Resolução GR-060/2020, de 07/05/2020. Campinas, 29 maio 2020g. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/21741/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNICAMP. **Resolução GR-072/2020**, de 29/06/2020. Prorroga o prazo de suspensão das atividades presenciais na Universidade, previsto no Artigo 1º da Resolução GR-065/2020, de

28/05/2020. Campinas, 29 jun. 2020h. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/21782/0>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNIVESP. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. São Paulo, 2018. Disponível em: https://univesp.br/sites/58f6506869226e9479d38201/assets/5d5d93c27c1bd15a5a1803cd/PDI_UNIVESP_2018_2022.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

UNIVESP. **Edital 02/2021**: Programa de Bolsas “Formação Didático-Pedagógica para Cursos de Modalidade a Distância” - UNIVESP/UNESP. fev. 2021a. Disponível em: https://www2.unesp.br/Home/propg/projetosinternacionais/edital-2_2021-univesp_unesp.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

UNIVESP. Portaria Univesp PR nº 19, de 14 de março de 2022. Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo Vestibular, do 2º Semestre de 2022, para ingresso no curso de graduação da Univesp e dispõe sobre assuntos correlatos. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: seção 1, p. 47, 15 mar. 2022a. Disponível em: <https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/Mjc3NzQ4MA%3d%3d>. Acesso em: 23 mar. 2022.

UNIVESP. **Relatório de atividades 2020**. São Paulo, 2021b. Disponível em: https://univesp.br/sites/58f6506869226e9479d38201/assets/60c2669a7c1bd10446b492db/1.1_Relat_rio_UNIVESP_2020_TCESP.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

UNIVESP. **Relatório de atividades 2021**. São Paulo, 2022b. Disponível em: https://univesp.br/sites/58f6506869226e9479d38201/assets/624ddd6b7c1bd15f67e72c6d/1.1_Relat_rio_de_Atividades_2021_UNIVESPDCI202200288A_ocred.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

USP. **Portaria GR N° 288**, de 26 de maio de 2020. São Paulo, 27 maio 2020a. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2020%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fmaio%2f27%2fpag_0056_81d5a89bf729611ebb6f1d286883f0bb.pdf&pagina=56&data=27/05/2020&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100056. Acesso em: 19 out. 2022.

USP. **Portaria GR N° 7633**, de 06 de abril de 2020. Dispõe sobre a criação do Programa USP Vida, voltado a captar recursos para apoiar pesquisas e ações para o enfrentamento da crise causada pela COVID-19 e para outras ações direcionadas à qualidade de vida e saúde da população. São Paulo, 7 abr. 2020b. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-7633-de-06-de-abril-de-2020-2>. Acesso em: 19 out. 2022.

USP. **Portaria GR N° 7670**, de 12 de agosto de 2021. Dispõe sobre o retorno às atividades presenciais na Universidade de São Paulo. São Paulo, 13 ago. 2021a. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-7670-de-12-de-agosto-de-2021-2>. Acesso em: 19 out. 2022.

USP. **Portaria GR N° 7687**, de 23 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o retorno às atividades presenciais na Universidade de São Paulo no contexto da pandemia de Covid-19. São Paulo, 24 dez. 2021b. Disponível em: . Acesso em: 19 out. 2022.

USP. **Resolução N° 7945**, de 27 de março de 2020. Dispõe sobre o uso excepcional de videoconferência pelos órgãos colegiados da USP e sobre a realização de eleições durante o período de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus). São Paulo, 28 mar. 2020c. Disponível em:

<https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7945-de-27-de-marco-de-2020-2>. Acesso em: 19 out. 2022.

USP. **Resolução N° 7956**, de 08 de junho de 2020. Altera dispositivos da Resolução n° 7945, de 27 de março de 2020. São Paulo, 9 jun. 2020d. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7956-de-08-de-junho-de-2020>. Acesso em: 19 out. 2022.

USP. **Resolução N° 8030**, de 15 de outubro de 2020. Institui no âmbito da Pós-Graduação da USP programa de monitoria para auxílio a docentes e alunos no uso de ferramentas de educação online enquanto perdurar o oferecimento de disciplinas em meio eletrônico como medida de prevenção ao contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus Sars-CoV-2). São Paulo, 16 out. 2020e. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-8030-de-15-de-outubro-de-2020>. Acesso em: 19 out. 2022.

USP. **Resolução CoG N° 7949**, de 27 de abril de 2020. Dispõe sobre a substituição de atividades presenciais da graduação por atividades utilizando tecnologias de informação e comunicação durante o período de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus) durante o ano letivo de 2020 e dá outras providências. São Paulo, 29 abr. 2020f. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-cog-no-7949-de-27-de-abril-de-2020>. Acesso em: 19 out. 2022.

USP. **Resolução CoG N° 7962**, de 23 de junho de 2020. Fixa o Novo Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da USP para o ano de 2020. São Paulo, 24 jun. 2020g. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-cog-no-7962-de-23-de-junho-de-2020>. Acesso em: 19 out. 2022.

USP. **Resolução CoG N° 8076**, de 15 de abril de 2021. Dispõe sobre a substituição de atividades presenciais da graduação por atividades utilizando tecnologias de informação e comunicação durante o período de prevenção de contágio pela COVID-19 no ano letivo de 2021 e dá outras providências. São Paulo, 16 abr. 2021c. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-cog-no-8076-de-15-de-abril-de-2021>. Acesso em: 19 out. 2022.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas: Papyrus, 2001. p. 45 – 66.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cadernos Cedes**, v. 23, p. 267-281, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cH67BM9yWB8tPFXjVz6cKSH>. Acesso em: 24 jan. 2022.

VEIGA, I. P. A. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. 5ª Ed. Campinas: Papyrus, 2010. 96 p.